



ANO 26 - NÚMERO 315 DE 16 A 22/04/2021

PACTU

Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

CUT BRASIL

CONTRAF

FETEC CUT PR
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS DO SETOR DE FINANÇAS

PrivatizaNÃO!

Dirigentes sindicais da Caixa planejam ações



Cerca de 200 dirigentes sindicais da Caixa de todo o país se reuniram em plenária virtual na segunda-feira, 12/04, para discutir as ações do governo e da direção da Caixa que representam, na opinião deles, o fim do banco público. Além da agenda privatista, o governo e a direção do banco vêm insistindo na política de sucateamento do banco e retirada de direitos dos empregados. Os dirigentes avaliaram que somente uma grande mobilização das entidades e dos empregados, envolvendo a sociedade e os parlamentares, será capaz de barrar tais medidas. Para isso, vão colocar em

prática o calendário de lutas proposto pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), referendada pelo Comando Nacional dos Bancários. No período de 19 a 21 de abril acontecem as plenárias com participação dos bancários, no dia 22 de abril haverá assembleias e, dia 26, a partir das 19h, live com o tema “descapitalização da Caixa (IPO da Caixa Seguridade e devolução dos IHCDs). O objetivo é denunciar as graves consequências que as ações do governo e da direção da Caixa vão causar ao banco. Leia mais em www.pactu.org.br

Bancos públicos são rentáveis e importantes para o Brasil

A Contraf-CUT e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) apresentaram aos bancários no decorrer desta semana, através de plataforma digital, os resultados dos balanços dos bancos públicos.

Na quarta-feira, 14/04, foi apresentado o balanço da Caixa Econômica Federal, na quinta-feira, 15/04, o balanço do Banco do Brasil e hoje, 16/04, a pauta será a autonomia do Banco Central.

O objetivo é mostrar que existe posição divergente da que é passada pelo governo Bolsonaro e pelas administrações dos bancos. Os bancos públicos são rentáveis e desempe-



nam um papel importante no desenvolvimento econômico e social.

Ao contrário do que afirma o governo, não existe a necessidade de privatização. Sobre o Banco Central, será demonstrado no evento que a autonomia é prejudicial para o país. Mais detalhes em www.contrafcut.com.br

Audiência pública debateu o futuro do Banco do Brasil



A Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) promoveu terça-feira, 13/04, uma Audiência Pública para debater o futuro do Banco do Brasil. Por conta da pandemia, o debate foi realizado de forma virtual. O deputado Tadeu Veneri (PT) foi o autor do requerimento para a realização do evento que contou com a participação de representantes de bancários e bancárias, além da presença do ex-senador Roberto Requião (MDB), do deputado estadual Requião Filho (MDB) e de representantes de movimentos sociais. Eles defenderam a instituição financeira como um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social para o país. O presidente da Fetec-CUT/PR, Deonísio Schmidt, defendeu que os bancos públicos não devem ser vendidos, mas fortalecidos, para o bem da sociedade. “É urgente e vital a participação dos bancos públicos no crescimento da economia brasileira. Eles têm papel fundamental”, falou. Já o diretor do Pactu em Campo Mourão, Luís Marcelo Legnani, destacou o papel de regulação exercido pelos bancos públicos. “Onde os bancos privados não têm interesse em atuar? Fica bem claro quando olhamos a distribuição no Norte e Nordeste. Os bancos privados concentram sua rede de atendimento em grandes cidades e regiões mais ricas. Além disso, ficou evidente o papel dos bancos públicos na crise de 2008, quando bancos privados fecharam a torneira do crédito e BB e CEF tiveram política anticíclica determinante. É um debate de suma importância e que precisamos levar adiante, atingir as câmaras de vereadores e, principalmente, a população”, pontuou Legnani.

Pandemia

Bancários aguardam proposta de protocolo mínimo de segurança

Após reivindicação apresentada pela Contraf-CUT, a Fenaban se comprometeu a apresentar uma proposta de protocolo mínimo de segurança contra a covid-19. O compromisso foi assumido na reunião ocorrida no dia 12/04, que discutiu medidas de proteção da categoria diante do crescimento do contágio da doença. O Comando Nacional avalia que com um protocolo nacional, é possível analisar se as agências estão providenciando tudo o que está sendo negociado.

A reunião tratou ainda da necessidade de higienização pelo menos semanal das unidades e da situação daqueles bancários que pertencem aos grupos de risco, estão em casa, mas não recebem atividades remotas e podem ter problemas para compensar essas horas, futuramente. Mais informações em www.pactu.org.br

Desmonte da Caixa é debatido na Câmara. Deputados entram na luta em defesa do banco



O desmonte que o governo federal vem fazendo na Caixa Econômica Federal e a necessidade de contratações para atender a grande demanda de trabalho, principalmente nesse momento de pandemia, foram assuntos debatidos na audiência pública realizada segunda-feira, 12/04, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Na avaliação dos parlamentares e de dirigentes de entidades que representam os empregados do banco, a redução do quadro de pessoal faz parte da política adotada pelo governo a fim de justificar a privatização da empresa. Mais informações em www.pactu.org.br

CPI da covid-19 vai investigar a omissão do governo Bolsonaro



A divulgação de uma conversa polêmica, mas com cara de armação, com o senador Jorge Kajuru, na qual fez ameaças a adversários e ridicularizou o Supremo Tribunal Federal (STF), não foi a única estratégia furada do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) para intimidar e tentar impedir a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 no Senado. Ele colocou em ação a sua tropa de choque, tentou emplacar a desculpa esfarrapada de que o momento é “inoportuno” e até insinuou que os governadores e prefeitos é que devem ser investigados. Não deu certo. Em sessão ocorrida no dia 13/04, após decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, confirmada pelo plenário do STF, o Senado criou a CPI que vai investigar todas as ações e omissões do governo federal, e do próprio Bolsonaro, no combate à pandemia da covid-19.

A preocupação do governo é óbvia. Há uma tonelada de provas disponíveis, gravadas em áudio e vídeo, comprovando a negligência do governo e do próprio presidente, sempre com uma postura negacionista, defensor do ineficaz tratamento precoce e crítico do distanciamento social e do uso de máscara. Bolsonaro promove aglomerações e não demonstra preocupação com as vidas perdidas para a covid-19. Enquanto pessoas morriam sem oxigênio no Amazonas, o

governo enviou uma comitiva para divulgar a cloroquina em Manaus. E falhou ao desdenhar e não comprar vacinas no momento oportuno, colocando o Brasil entre os últimos na corrida pela imunização. Hoje, a média é superior a 3 mil mortes diárias e especialistas afirmam que 3 em cada 5 mortes poderiam ter sido evitadas se a vacinação tivesse sido iniciada em dezembro, como fizeram outros países. Há, portanto, provas em número suficiente, bastando juntá-las em ordem cronológica.

Apesar das ações e omissões serem graves e alarmantes, há quem acredite que a CPI pode não avançar e terminar em pizza. Certamente, Bolsonaro e sua tropa farão de tudo para inviabilizar a investigação. No entanto, há uma pressão popular muito forte, até mesmo dentro do Congresso Nacional, por uma mudança de postura do presidente. Diante de um governo que não demonstra a menor sensibilidade com as mais de 360 mil mortes por covid-19 e que podem chegar a 500 mil em junho, segundo os infectologistas, e que segue ignorando a gravidade da maior crise sanitária na história do país, cabe ao Senado dar uma resposta capaz de frear Bolsonaro e direcionar o país para o controle da pandemia. Assim que iniciar os trabalhos, a CPI terá 90 dias para apurar todos os crimes. E não é pizza o que a sociedade espera.

Reforma administrativa é prejudicial à população e ao país

Vendida por Jair Bolsonaro (ex-PSL) e seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, como necessária para acabar com privilégios e economizar com gastos públicos, a reforma administrativa é, na verdade, mais um instrumento que aumentará o retrocesso econômico e a miséria no país. A reforma será discutida através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32, que tramita no Congresso Nacional. Se aprovada e promulgada, a mudança abrirá uma janela de oportunidades para corrupção, a administração pública será usada para cabide de emprego, as pessoas podem perder o direito aos serviços públicos e o país pode cair ainda mais no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os servidores públicos com salários mais baixos serão os mais prejudicados. A PEC romperá com o Regime Jurídico Único, prejudicando carreiras e privilegiando aquelas destinadas a arrecadar impostos como os

militares, juízes e membros do Ministério Público.

A CUT, demais centrais sindicais e várias entidades representando diferentes segmentos da população têm desenvolvido uma série de ações para pressionar o Congresso Nacional a não aprovar o texto da forma como foi proposto. Segundo o secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa, “além de mentirosa, a argumentação do governo não deixa claro como esta mudança na Constituição pode afetar o povo e piorar a situação da população, principalmente em crises sanitárias como a que estamos vivendo agora”. Quem vai sofrer é o povo, afirma ele, lembrando que com as mudanças, a população vai ficar desassistida e sem serviços públicos de qualidade. No site da CUT (www.cut.org.br) o link “NaPressão” pode ser usado para pressionar deputados contra leis e medidas que prejudicam a classe trabalhadora.